

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.939 - RJ (2019/0301671-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : R F DA S (PRESO)
ADVOGADO : BRUNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE LOVATO - RJ162770
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por R. F. DA S. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0035587-20.2019.8.19.0000 de relatoria da Desembargadora Katya Maria de Paula Menezes Monnerat).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 2 anos de reclusão pelo delito tipificado no art. 229 e à sanção de 3 anos de reclusão pela conduta prevista no art. 230, § 1º, ambos do Código Penal, sendo consumada a prescrição da pretensão executória com a extinção da punibilidade em relação ao primeiro crime.

Também se depreende dos autos que "a defesa, em 07/05/2019, protocolou petição requerendo a expedição de carta de sentença, progressão de regime deferimento de prisão albergue. Por determinação deste Juízo, em 13/06/2019, foi indeferido o pedido de expedição de carta de execução à VEP requerida pela defesa do paciente, tendo em conta que, conforme disposto no artigo 105 da LEP e no artigo 4º, § 3º, 'a', da Resolução TJ/OE/RJ n. 7/2012, somente poderá ser expedida guia para execução quando o réu condenado encontrar-se preso, exceto nos casos de condenação em regime aberto, o que não é o caso destes autos considerando que o réu foi condenado em regime semiaberto, sendo incabível tal medida em se tratando de réu solto aguardando cumprimento de mandado de prisão, conforme já pacificado em nossos tribunais" (e-STJ fl. 22).

Contra essa decisão foi impetrado *habeas corpus* na origem, tendo os desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegado a ordem (e-STJ fls. 35/42).

Superior Tribunal de Justiça

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 37):

Habeas Corpus. Execução Penal. Artigo 230, § 1º, do Código Penal. Paciente condenado à pena de 3 anos de reclusão em regime semiaberto. Impetrante que alega constrangimento ilegal pela não expedição da CES. Requer a concessão da ordem para que seja deferida a progressão para o regime aberto e a expedição de CES. Vedação legal do artigo 105 da LEP. Resolução TJ/OE/RJ n. 7/2012, artigo 4º, § 3º, alínea a. Mandado de prisão expedido em 01/08/2017 e pendente de cumprimento. Paciente que se encontra foragido. Necessidade de recolhimento ao cárcere para a expedição de guia de recolhimento e início da execução. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

No presente recurso ordinário, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da não expedição da carta de execução de sentença.

Alega que o acusado já cumpriu 1/6 de sua pena de 3 anos de reclusão, estando atendido, portanto, o disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal para a concessão da progressão ao regime aberto.

Informa que o Tribunal *a quo* entendeu ser inviável a expedição da carta de execução de sentença sob o argumento de que somente poderia ser emitida após o recolhimento do réu à prisão e que, no caso, não havia sido ainda cumprido o mandado de prisão.

Defende, assim, que *"é notoriamente contrária à ordem constitucional vigente, impor ao Paciente R., ora Recorrente, repita-se, já ressocializado e reinserido ao convívio social, as agruras do cárcere como condição sine qua non para a expedição da carta de execução de sentença condenatória ao juízo da execução penal (ato meramente procedimental), para, só então, constatar-se que o Apenado faz jus ao regime de cumprimento mais brando que lhe possibilita, aliás, o deferimento da 'Prisão Albergue Domiciliar' - PAD, com monitoramento eletrônico"* (e-STJ fl. 60).

Dessa forma, requer, liminarmente, *"a IMEDIATA expedição da Carta de Execução de Sentença Condenatória - CES ao juízo da Vara de Execuções Penais, sem a necessidade de recolher-se a prisão o Paciente [R.], ora Recorrente"* (e-STJ fl. 61).

No mérito, postula *"a reforma do r. acórdão combatido para que seja*

Superior Tribunal de Justiça

concedida a ordem no presente writ e, confirmando-se a liminar recursal deferida, determinar em caráter definitivo a expedição da respectiva Carta de Sentença ao juízo da Vara de Execuções Penais, sem a necessidade da segregação prisional do Apenado Rodrigo, ora Paciente, posto que já se encontra ressocializado e reinserido ao convívio social, sem qualquer notícia de que tenha voltado a delinquir desde que foi posto em liberdade em 2012, bem como, pelo cômputo da detração (art. 42, CP c/c art. 111, LEP), o condenado já cumpriu 1/6 (um sexto) da pena, o que lhe habilita, ao menos objetivamente, à progressão ao regime aberto de cumprimento de pena, o que enseja o deferimento do PAD, mediante monitoramento eletrônico" (e-STJ fl. 61).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

